

**CONTAS**

**DE**

**GERÊNCIA**

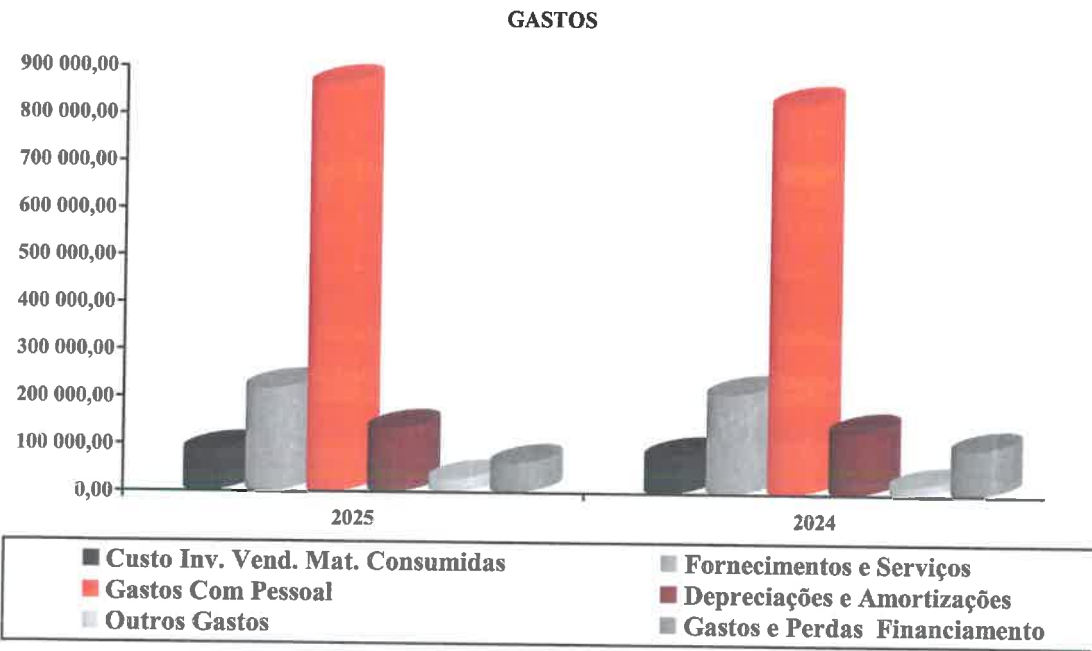
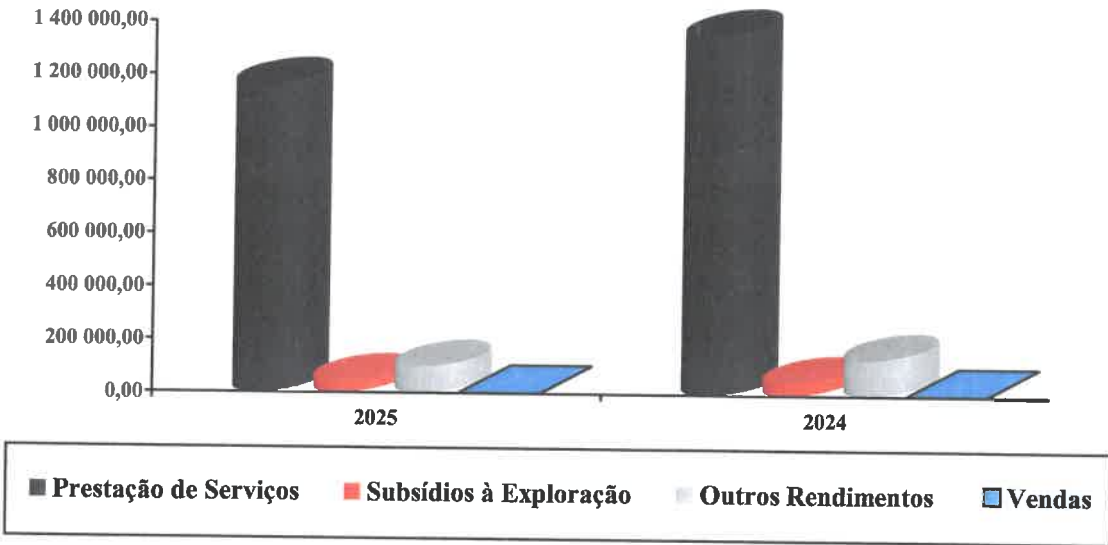
**2025**



*M. L.*  
*Belmino*  
*Arred*  
*Soares*

**GRÁFICOS COMPARATIVOS**

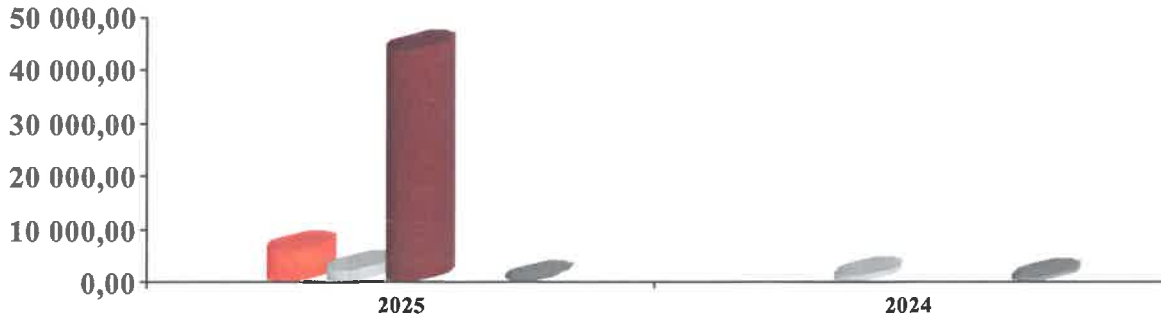
**RENDIMENTOS**



*M. Almeida Soares*

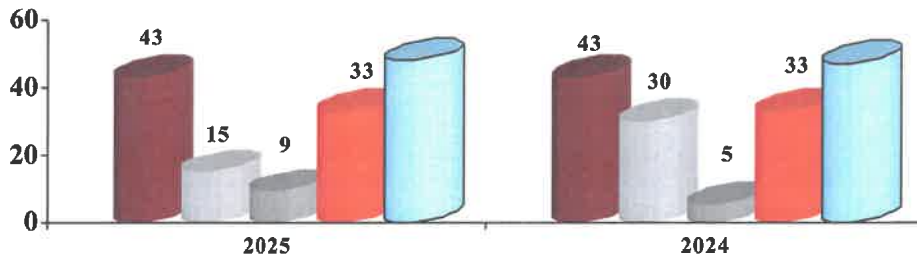
*L.*

**INVESTIMENTOS**



- Terrenos e rec. naturais
- Edif. e outras construções
- Equipamento básico
- Equipamento de transporte
- Outros ativos fixos tangíveis
- Equipamento administrativo
- Investimentos em curso

**CLIENTES E TRABALHADORES**



- ERPI
- Apoio Domiciliário
- Centro de Dia
- Creche
- N.º Funcionários

**Balanco individual em 31-12-2025**

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2 468 970,94	2 548 558,45
Investimentos financeiros	6	3 772,22	3 724,97
		<b>2 472 743,16</b>	<b>2 552 283,42</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	2 120,72	1 908,98
Créditos a receber	13.1	64 616,33	63 645,72
Estado e outros entes públicos	13.2	2 184,58	1 193,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	13.1	54 948,50	48 759,50
Outros ativos correntes	13.1; 13.3	399 628,47	373 695,58
Diferimentos	13.5	61 911,02	75 313,19
Caixa e depósitos bancários	4	44 019,43	31 159,79
		<b>629 429,05</b>	<b>595 675,83</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 102 172,21</b>	<b>3 147 959,25</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	10.2	18 252,16	18 252,16
Resultados transitados	10.2	-343 575,74	-290 128,34
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	10.2	1 843 391,26	1 799 682,93
		<b>1 518 067,68</b>	<b>1 527 806,75</b>
Resultado líquido do período	10.2	159 450,99	-53 447,40
<b>Total do Fundo Patrimonial</b>		<b>1 677 518,67</b>	<b>1 474 359,35</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	10.1	1 098 539,57	1 339 275,31
		<b>1 098 539,57</b>	<b>1 339 275,31</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.1	7 145,27	6 976,17
Estado e outros entes públicos	13.2	18 709,48	33 355,13
Financiamentos obtidos	10.1	97 974,25	94 784,32
Diferimentos	13.5	15 855,08	10 801,38
Outros passivos correntes	13.1; 13.3; 13.4	186 429,89	188 407,59
		<b>326 113,97</b>	<b>334 324,59</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 424 653,54</b>	<b>1 673 599,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 102 172,21</b>	<b>3 147 959,25</b>

A Entidade

O Contabilista Certificado

*António Augusto Bastardo Amorim*

*António Augusto Santos Rodrigues*

**Luís Leite**  
CC n.º 39242

*Maria Louisa Aguiar Fomuso Araújo*

*Isolma Emilia Alves Caria Soares*



Moeda: EUR

**Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2025**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	1 357 817,52	1 160 875,87
Subsídios, doações e legados à exploração	9	47 738,08	43 608,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-83 455,19	-77 894,58
Fornecimentos e serviços externos	13.6	-216 963,01	-209 543,01
Gastos com o pessoal	11	-862 397,47	-824 730,67
Aumentos/reduções de justo valor	6.2	47,25	138,13
Outros rendimentos	9; 13.9	137 045,06	98 611,73
Outros gastos	13.7	-26 971,66	-17 949,61
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>352 860,58</b>	<b>173 116,36</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-132 226,48	-131 536,34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>220 634,10</b>	<b>41 580,02</b>
Juros e gastos similares suportados	13.8	-61 183,11	-95 027,42
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>159 450,99</b>	<b>-53 447,40</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>159 450,99</b>	<b>-53 447,40</b>

A Entidade

O Contabilista Certificado

*António Augusto Bastardos Fernandes*  
*António Augusto Santos Rodrigues*  
*Maria Luísa Aguiar Formoso*  
*Isolinda Emília Alves Caria Soares*

*Luis Leite*  
CC n.º 39242

*Aracil*



Moeda: EUR

**Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2025**

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		611 218,07	555 113,29
Recebimentos de subvenções		772 061,25	628 390,97
Pagamentos a fornecedores		-336 235,68	-310 326,06
Pagamentos ao pessoal		-852 743,97	-805 310,87
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	194 299,67	67 867,33
Outros recebimentos/pagamentos		2 365,74	14 889,95
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	196 665,41	82 757,28
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-50 251,16	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios de investimento		139 226,49	
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	88 975,33	
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			50 000,00
Subsídios e doações		11 553,37	442 271,69
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-222 885,05	-485 492,67
Juros e gastos similares		-61 449,42	-94 169,83
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	-272 781,10	-87 390,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		12 859,64	-4 633,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		31 159,79	35 793,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		44 019,43	31 159,79

A Entidade

O Contabilista Certificado

*António Augusto Bastardo Fernandes*  
*António Augusto Santos Rodrigues*  
*Paula Luísa Aguiar Fomesse Araújo*  
*Solmia Eugénia Alves Caria Soares*

*Luís Leite*  
C C n.º 39242





- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

### **3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### **3.1 – Principais políticas contabilísticas**

##### **3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

###### **3.1.1.1 – Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

M L  
Carmo  
Araújo  
Scares

### **3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

### **3.1.1.3 – Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

### **3.1.1.4 – Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.1.5 – Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

h

M.  
Almo  
N. Soares

### 3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

#### 3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

*M L*  
*Almo*  
*Araceli*  
*Soares*

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

### 3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho.

### 3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

M  
Alfons  
A  
Soares

L

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.1.2.5 – Inventários**

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

### **3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### **3.1.2.7 – Instrumentos financeiros**

#### **i) Dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

#### **ii) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando

M  
L  
Depoimento  
HAA  
Soares

cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

### 3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

### **3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

### **3.1.2.10 – Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

*[Handwritten signature]*

*Soares*

### 3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2026.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

### 3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

### 3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

## 4 – Fluxos de caixa

*Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo*

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	255,14	212,30
Depósitos à ordem	43 764,29	30 947,49
<b>Total</b>	<b>44 019,43</b>	<b>31 159,79</b>

L

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

### 5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Terrenos e rec. naturais	60 869,71			60 869,71			60 869,71
Edifícios e outras construções	2 792 645,69			2 792 645,69	6 042,21		2 798 687,90
Equipamento básico	276 996,99	1 379,76		278 376,75	2 501,03		280 877,78
Equipamento de transporte	339 929,79		-79 962,46	259 967,33	43 735,73		303 703,06
Equipamento administrativo	34 274,51	850,00		35 124,51	360,00		35 484,51
Outros ativos fixos tangíveis	26 538,44			26 538,44			26 538,44
<b>Sub-total</b>	<b>3 531 255,13</b>	<b>2 229,76</b>	<b>-79 962,46</b>	<b>3 453 522,43</b>	<b>52 638,97</b>		<b>3 506 161,40</b>
Depreciações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Edifícios e outras construções	477 566,61	69 207,45		546 774,06	69 257,80		616 031,86
Equipamento básico	171 554,79	18 978,00		190 532,79	19 370,40		209 903,19
Equipamento de transporte	165 453,75	30 763,51	-79 962,46	116 254,80	36 230,48		152 485,28
Equipamento administrativo	25 600,69	6 251,19		31 851,88	2 260,99		34 112,87
Outros ativos fixos tangíveis	13 214,26	6 336,19		19 550,45	5 106,81		24 657,26
<b>Sub-total</b>	<b>853 390,10</b>	<b>131 536,34</b>	<b>-79 962,46</b>	<b>904 963,98</b>	<b>132 226,48</b>		<b>1 037 190,46</b>
<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>2 677 865,03</b>	<b>-129 306,58</b>		<b>2 548 558,45</b>	<b>-79 587,51</b>		<b>2 468 970,94</b>

### 6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

#### 6.1

Entidades	2023	Aumentos	Diminuições	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Fundo de Compensação Trabalho	3 586,84	138,13		3 724,97	47,25		3 772,22
<b>Total</b>	<b>3 586,84</b>	<b>138,13</b>		<b>3 724,97</b>	<b>47,25</b>		<b>3 772,22</b>

ML  
*[Handwritten signature]*  
Soares

6.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2025		2024	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo de Compensação Trabalho	47,25		138,13	
Total	47,25		138,13	
Aumentos / Reduções de justo valor	47,25		138,13	

## 7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2025	2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 120,72	1 908,98
Total	<b>2 120,72</b>	<b>1 908,98</b>

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2025			2024		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		1 908,98	1 908,98		2 210,92	2 210,92
Compras		83 666,93	83 666,93		76 752,64	76 752,64
Regularizações					840,00	840,00
Inventários no fim do período		2 120,72	2 120,72		1 908,98	1 908,98
CMVMC		<b>83 455,19</b>	<b>83 455,19</b>		<b>77 894,58</b>	<b>77 894,58</b>

**8 – Rédito**

*Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo*

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2025	2024
Venda de bens	408,53	815,76
Prestação de serviços	1 357 408,99	1 160 060,11
<b>Total</b>	<b>1 357 817,52</b>	<b>1 160 875,87</b>

**9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo**

*Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo*

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	78 631,42	57 528,26

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2025	2024
IEFP	17 611,08	16 806,50
Autarquias	30 127,00	26 802,00
<b>Total</b>	<b>47 738,08</b>	<b>43 608,50</b>

**10 – Instrumentos financeiros**

10.1 – Financiamentos obtidos

*Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo*

M L

Alma  
Ant  
Soares

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2024</b>				
MGN.º 181.36.100430 (LC S. Social Covid 19)	11 764,68	11 764,79		23 529,47
MGN.º 181.36.100533 (Credito Investimento)	14 058,97	70 294,85	55 804,36	140 158,18
MGN.º 131.36.100563-8 (LC + Impacto Social)	4 899,28	24 496,40	20 604,32	50 000,00
CA N.º 56066293705	31 717,24	158 586,20	422 022,88	612 326,32
CA N.º 56069747796	32 344,15	161 720,75	413 980,76	608 045,66
<b>Total</b>	<b>94 784,32</b>	<b>426 862,99</b>	<b>912 412,32</b>	<b>1 434 059,63</b>
<b>2025</b>				
MGN.º 181.36.100430 (LC S. Social Covid 19)	11 764,74			11 764,74
MGN.º 131.36.100563-8 (LC + Impacto Social)	5 236,37	20 945,48	18 605,17	44 787,02
CA N.º 56066293705	44 753,94	179 015,76	343 947,45	567 717,15
CA N.º 56069747796	36 219,20	144 876,80	391 148,91	572 244,91
<b>Total</b>	<b>97 974,25</b>	<b>344 838,04</b>	<b>753 701,53</b>	<b>1 196 513,82</b>
<b>Varição (2025-2024)</b>	<b>3 189,93</b>	<b>-82 024,95</b>	<b>-158 710,79</b>	<b>-237 545,81</b>

## 10.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Fundos líquidos	18 252,16			18 252,16			18 252,16
Resultados transitados	-251 666,25		-38 462,09	-290 128,34		-53 447,40	-343 575,74
Outras variações no fundo patrimonial	1 582 908,72	274 596,10	-57 821,89	1 799 682,93	151 299,81	-107 591,48	1 843 391,26
Resultado líquido	-38 462,09	38 462,09	-53 447,40	-53 447,40	212 898,39		159 450,99
<b>Total</b>	<b>1 311 032,54</b>	<b>313 058,19</b>	<b>-149 731,38</b>	<b>1 474 359,35</b>	<b>364 198,20</b>	<b>-161 038,88</b>	<b>1 677 518,67</b>

## 11 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

### 11.1 – Número médio de funcionários:

O número médio de funcionários no ano de 2023 foi de 47.

Gastos com pessoal	2025	2024
<b>Funcionários:</b>	<b>850 069,92</b>	<b>804 020,74</b>
Remunerações	715 965,55	671 199,58
Encargos seg. social	134 104,37	132 821,16
<b>Seguros</b>	<b>5 364,17</b>	<b>5 527,17</b>
<b>Outros</b>	<b>6 963,38</b>	<b>15 182,76</b>
<b>Total</b>	<b>862 397,47</b>	<b>824 730,67</b>

*M*  
*Almo*  
*8*  
*Raa*

11.2 – Órgãos sociais

Os órgãos sociais não são remunerados.

*Soares*

11.3 – Número médio de voluntários

Não existem.

**12 – Divulgações exigidas por diplomas legais**

12.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à Segurança Social em 31 de dezembro de 2025.

12.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025.

12.3 – A 31 de dezembro de 2025 não existiam salários em dívida aos funcionários.

**13 – Outras informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

ML

Ref. 100  
Soares

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
<b>Ativos</b>	<b>2025</b>			<b>2024</b>		
Cientes	64 616,33		64 616,33	63 645,72		63 645,72
Acionistas/sócios	54 948,50		54 948,50	48 759,50		48 759,50
Outros créditos a receber	399 628,47		399 628,47	373 695,58		373 695,58
<b>Total</b>	<b>519 193,30</b>		<b>519 193,30</b>	<b>486 100,80</b>		<b>486 100,80</b>
<b>Passivos</b>	<b>2025</b>			<b>2024</b>		
Fornecedores	7 145,27		7 145,27	6 976,17		6 976,17
Outras dívidas a pagar	186 429,89		186 429,89	188 407,59		188 407,59
<b>Total</b>	<b>193 575,16</b>		<b>193 575,16</b>	<b>195 383,76</b>		<b>195 383,76</b>

### 13.2 – Estado e outros entes públicos

<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo</b>		
EOEP - IVA	2 184,58	1 193,07
<b>Total</b>	<b>2 184,58</b>	<b>1 193,07</b>
<b>Passivo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento	2 528,22	3 920,00
EOEP - IVA	150,60	39,67
EOEP - Segurança Social	16 030,66	29 395,46
<b>Total</b>	<b>18 709,48</b>	<b>33 355,13</b>

13.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2025	2024
<b>Ativo - outros créditos a receber</b>		
Município S. João da Pesqueira	358 163,45	358 163,45
Fornecedores	304,15	127,15
IEFP	21 660,87	7 832,00
Instituto Segurança Social	7 500,00	7 500,00
Remunerações		72,98
PRR-RE-C03-i01-2024	12 000,00	
<b>Total</b>	<b>399 628,47</b>	<b>373 695,58</b>
<b>Passivo - outros passivos correntes</b>		
Credores por acréscimo de gastos	126 940,31	112 424,21
Penhoras de vencimento	85,80	1 055,81
Cofre / despesas extra	1 332,90	3 171,31
Instituto Segurança Social (valor a devolver)	54 444,17	69 999,77
IEFP		691,82
Clientes	953,51	1 064,67
Recebimentos em Trânsito	2 673,20	
<b>Total</b>	<b>186 429,89</b>	<b>188 407,59</b>

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2025	2024
<b>Ativo - acréscimos de rendimentos</b>		
<b>Total</b>		
<b>Passivo - acréscimos de gastos</b>		
Férias e sub. férias a liquidar	121 638,22	107 254,82
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	5 302,09	5 169,39
<b>Total</b>	<b>126 940,31</b>	<b>112 424,21</b>

M L.

*Alfama*  
*Soares*

### 13.5 – Diferimentos

Diferimentos	2025	2024
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	6 510,20	4 106,36
Trabalhos especializados	956,65	1 207,06
Devolução de participações ISS	54 444,17	69 999,77
<b>Total</b>	<b>61 911,02</b>	<b>75 313,19</b>
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP	15 855,08	10 801,38
<b>Total</b>	<b>15 855,08</b>	<b>10 801,38</b>

### 13.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2025	2024
Subcontratos	2 400,00	2 400,00
Trabalhos especializados	28 185,83	27 177,94
Publicidade e propaganda	369,00	1 176,70
Vigilância e segurança	3 753,34	226,86
Honorários	13 214,69	12 549,75
Conservação e reparação-edifícios o. const.	7 653,56	8 793,53
Conservação e reparação-eq. Básico	5 003,72	6 439,51
Conservação e reparação-eq. transporte	7 550,67	7 081,15
Conservação e reparação-eq. administrativo	541,20	
Serviços bancários	5 427,31	377,60
Ferramentas e utensílios	2 277,35	1 831,89
Material de escritório	1 789,95	4 325,51
Encargos de saúde de utentes	9 690,97	8 793,32
Fraldas	12 541,54	12 557,86
Eletricidade	33 486,87	32 723,14
Combustíveis	35 119,53	35 059,11
Água	8 847,09	9 534,77
Deslocações e estadas	318,28	214,13
Rendas e alugueres		1 050,31
Comunicação	5 122,63	7 431,06
Seguros	6 330,15	6 346,03
Contencioso e notariado	532,41	120,00
Despesas de representação	315,50	718,63
Limpeza, higiene e conforto	23 650,44	21 092,04
Outros FSE	2 840,98	1 522,17
<b>Total</b>	<b>216 963,01</b>	<b>209 543,01</b>

13.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2025	2024
Taxas	654,82	558,03
Correções de períodos anteriores	26 047,87	16 642,12
Quotizações	229,00	283,00
Outros	39,97	466,46
<b>Total</b>	<b>26 971,66</b>	<b>17 949,61</b>

13.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2025	2024
Juros suportados	60 643,11	93 453,62
Despesas bancárias e comissões	540,00	1 573,80
<b>Total</b>	<b>61 183,11</b>	<b>95 027,42</b>

13.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
Descontos pp obtidos		548,34
Correções de períodos anteriores	46 387,57	21 331,67
Imputação de sub. investimento	78 631,42	57 528,26
Benefícios de penalidades contratuais	1 867,67	
Alienação de ativos tangíveis		13 000,00
Donativos	10 158,39	4 001,30
Sinistros		2 202,16
Outros	0,01	
<b>Total</b>	<b>137 045,06</b>	<b>98 611,73</b>

13.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 159.450,99€ para Resultados Transitados. Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ervedosa do Douro, 04 de março de 2026

A Entidade

O Contabilista Certificado

*Maria Luísa*  
*Alfonso Augusto Bastardo Fernandes*  
*António Augusto Santos Rodrigues*  
*Maria Luísa Aguiar Froufe*  
*Isolena Emília Neves Caria Soares*

*[Signature]*  
Luís Leite  
CC n.º 39242

*[Signature]*



# RELATÓRIO

## DE

# GESTÃO

## 2025



*Handwritten signature and initials:*  
W  
G/MD  
Rosa  
Soares

## RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2025)

Ex.mos Sr(s)

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da AITIED - Associação para a Infância e Terceira Idade relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2025, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 159.450,99€.

### 2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2025	2024	Incremento volume de negócios	
			Valor	%
Vendas líquidas	408,53	815,76	-407,23	-0,04%
Prestação de serviços	1 357 408,99	1 160 060,11	197 348,88	17,00%
Volume de negócios	1 357 817,52	1 160 875,87	196 941,65	16,96%

### 3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
<b>CMVMC</b>	<b>83 455,19</b>	<b>77 894,58</b>	<b>5 560,61</b>	<b>7,14%</b>
<b>FSE</b>	<b>216 963,01</b>	<b>209 543,01</b>	<b>7 420,00</b>	<b>3,54%</b>
Subcontratos	2 400,00	2 400,00		
Trabalhos especializados	28 185,83	27 177,94	1 007,89	3,71%
Publicidade e propaganda	369,00	1 176,70	-807,70	-68,64%
Honorários	13 214,69	12 549,75	664,94	5,30%
Comissões				
Conservação e reparação	20 749,15	22 314,19	-1 565,04	-7,01%
Ferramentas e utensílios	2 277,35	1 831,89	445,46	24,32%
Artigos para oferta	1 498,35		1 498,35	
Eletricidade	33 486,87	32 723,14	763,73	2,33%
Combustíveis	35 119,53	35 059,11	60,42	0,17%
Deslocações e estadas	318,28	214,13	104,15	48,64%
Transportes de pessoal				
Transportes de mercadorias				
Comunicação	5 122,63	7 431,06	-2 308,43	-31,06%
Despesas de representação	315,50	718,63	-403,13	-56,10%
Outros	73 839,43	65 928,47	7 910,96	12,00%
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>862 397,47</b>	<b>824 730,67</b>	<b>37 666,80</b>	<b>4,57%</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>132 226,48</b>	<b>131 536,34</b>	<b>690,14</b>	<b>0,52%</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>26 971,66</b>	<b>17 949,61</b>	<b>9 022,05</b>	<b>50,26%</b>
Juros	60 643,11	93 453,62	-32 810,51	-35,11%
Outros gastos e perdas financiamento	540,00	1 573,80	-1 033,80	-65,69%
<b>Total gastos e perdas financiamento</b>	<b>61 183,11</b>	<b>95 027,42</b>	<b>-33 844,31</b>	<b>-35,62%</b>
<b>Total gastos e perdas</b>	<b>1 383 196,92</b>	<b>1 356 681,63</b>	<b>26 515,29</b>	<b>1,95%</b>

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2025 a 1.405.147,07€ (1.203.668,61€ em 2024).

Evolução dos rendimentos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Vendas	408,53	815,76	-407,23	-49,92%
Prestação de serviços	1 357 408,99	1 160 060,11	197 348,88	17,01%
Subsídios à exploração	47 738,08	43 608,50	4 129,58	9,47%
Ganhos por aumentos de justo valor	47,25	138,13	-90,88	-65,79%
Outros rendimentos	137 045,06	98 611,73	38 433,33	38,97%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>1 542 647,91</b>	<b>1 303 234,23</b>	<b>239 413,68</b>	<b>18,37%</b>

*M*  
*Almeida*  
*de*  
*Almeida*  
*Sares*

## 5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

### Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	6 042,21		6 042,21	
Equipamento básico	2 501,03	1 379,76	1 121,27	81,27%
Equipamento de transporte	43 735,73		43 735,73	
Equipamento administrativo	360,00	850,00	-490,00	-57,65%
<b>Total</b>	<b>52 638,97</b>	<b>2 229,76</b>	<b>50 409,21</b>	<b>2260,75%</b>

### Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	60 869,71	60 869,71		
Edifícios	2 798 687,90	2 792 645,69	6 042,21	0,22%
Equipamento básico	280 877,78	278 376,75	2 501,03	0,90%
Equipamento de transporte	303 703,06	259 967,33		
Equipamento administrativo	35 484,51	35 124,51	360,00	1,02%
Outros ativos fixos tangíveis	26 538,44	26 538,44		
<b>Total</b>	<b>3 506 161,40</b>	<b>3 453 522,43</b>	<b>8 903,24</b>	<b>0,26%</b>

## 6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 521.377,88€ (487.293,87€ em 2024).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.408.798,46€ (1.662.798,52€ em 2024).

## 7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

## 8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

*M*  
*Almo*  
*Raui*  
*Scaves*

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

*9 – Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos*

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

*10 – Autorizações concedidas a negócios entre a entidade e os seus diretores*

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

*11 – Evolução previsível da entidade*

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

*12 – Proposta de aplicação de resultados*

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 159.450,99€ para Resultados Transitados.

*13 – AGRADECIMENTOS*

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Ervedosa do Douro, 04 de março de 2026

A Entidade

*Junta*  
*Almo Augusto Bastardo Gonçalves*  
*António Augusto Santos Rodrigues*  
*Flávia Luísa Aguiar Fereso Araújo*  
*Isolma Emília Leves Caria Soares*



O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC n.º 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **AITIED - Associação para a Infância e Terceira Idade** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

**1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo**

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? \_\_\_\_\_

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. \_\_\_\_\_

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2025

A Entidade

*António Augusto Simões Rodrigues*  
*António Augusto Simões Rodrigues*  
*Maria Luísa Aguiar Formoso Araújo*  
*Isolma Emília Leves Baía Soares*



**DECLARAÇÃO**

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2025 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

31 de Dezembro de 2025

A Entidade

*António Augusto Barroso Fernandes*  
*António Augusto Santos Rodrigues*  
*Marta Louisa Aguiar Famoso Almeida*  
*Isolina Emília Alves Maria Soares*

